REVOLUÇÃO FRANCESA: IDEAIS, TRANSFORMAÇÕES E DESAFIOS

CLEITON GONÇALVES SENNA

RESUMO

A Revolução Francesa (1789-1799) foi um marco crucial na transição do Antigo Regime para a modernidade, refletindo profundas transformações políticas, sociais e econômicas. Segundo Lefebvre (1966) e Soboul (1989), o movimento incorporou os ideais iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade para combater a rígida estrutura social dividida em clero, nobreza e Terceiro Estado, e a concentração de poder da monarquia absoluta. A ascensão da burguesia, impulsionada pelas mudanças da Revolução Industrial, foi determinante para a queda das estruturas feudais, conforme evidenciam historiadores marxistas como Manfred (1963). Entretanto, Chartier (2004) e a escola da história cultural apontam que o Iluminismo foi mais um instrumento teórico apropriado pelos revolucionários para legitimar suas ações do que a origem direta da revolução. Revisionistas como Furet (1989) e Schama (1990) contestam a visão tradicional do Antigo Regime como absolutista monolítico, ressaltando limitações reais ao poder do rei e a diversidade social da nobreza e clero. Culturalmente, a revolução inspirou representações literárias e cinematográficas que ilustram as tensões sociais da época, como os romances de Chordelos de Laclos e filmes como O Perfume e Contos Proibidos. Porém, a revolução também revelou contradições, como a exclusão das classes populares do poder e a violência do Terror, demonstrando que a igualdade formal nem sempre se traduziu em justiça social real. Para superar essas limitações, é essencial promover sistemas políticos inclusivos e políticas que garantam equidade econômica, ampliando a cidadania para todos. Dessa forma, a Revolução Francesa permanece uma referência fundamental para compreender os desafios da construção de sociedades democráticas e justas.

Palavras-chave: Revolução. Francesa. Político. Estado. Sociedade.

1. INTRODUÇÃO

A Revolução Francesa (1789-1799) representou um marco decisivo na história mundial, sendo responsável pela ruptura com o Antigo Regime e pela construção de novas bases políticas, sociais e econômicas. Impulsionada pelos

ideais iluministas, como liberdade, igualdade e fraternidade, a Revolução provocou profundas mudanças na estrutura da sociedade francesa, influenciando movimentos revolucionários em várias partes do mundo. Contudo, a interpretação dos fatores que levaram à Revolução e seus desdobramentos é motivo de intenso debate historiográfico, envolvendo diferentes correntes de pensamento, como a marxista, a cultural e a revisionista.

Quais foram os fatores políticos, econômicos, sociais e culturais que levaram à Revolução Francesa e de que forma as interpretações historiográficas (marxistas, culturais e revisionistas) contribuem para uma compreensão mais ampla desse processo transformador?

Analisar as causas e consequências da Revolução Francesa, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, à luz das principais interpretações historiográficas.

- Compreender as características do Antigo Regime e a divisão da sociedade francesa em ordens.
- Investigar a influência do Iluminismo no pensamento revolucionário.
- Examinar as divergências entre as abordagens marxista, cultural e revisionista sobre a Revolução Francesa.
- Relacionar manifestações culturais (literatura e cinema) com o contexto social e político da época.

O estudo da Revolução Francesa é fundamental para compreender a transição do feudalismo para a sociedade capitalista e o surgimento de conceitos modernos de cidadania, direitos humanos e democracia. Analisar esse processo sob diferentes perspectivas historiográficas amplia a compreensão sobre os interesses em jogo e a complexidade das transformações sociais. Além disso, observar como a cultura refletiu essas tensões históricas permite uma visão mais rica e crítica dos impactos da Revolução no imaginário social.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Revolução Francesa refere-se ao conjunto de acontecimentos ocorridos entre 1789 e 1799, período marcado pela derrubada do absolutismo monárquico, a implantação de uma constituição e de uma monarquia parlamentar, a Proclamação da República e, por fim, a ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder.

Além das transformações políticas, a França também vivenciou importantes mudanças econômicas e sociais, como o fim da sociedade dividida em ordens e o avanço do capitalismo.

Para historiadores marxistas franceses, como Georges Lefebvre e Albert Soboul, os ideais da Revolução Francesa — Liberdade, Igualdade e Fraternidade — ultrapassaram as fronteiras da França, inspirando movimentos de luta contra o despotismo em diversas partes do mundo.

A busca dos cidadãos comuns por direitos políticos e igualdade jurídica está diretamente relacionada às transformações econômicas provocadas pelo desenvolvimento das forças produtivas durante a Revolução Industrial, especialmente com o surgimento das fábricas modernas e o aumento da produção em larga escala.

O aumento da produção de manufaturas e mercadorias permitiu que novos grupos sociais passassem a disputar o poder político com a aristocracia. Nesse contexto, as ideias dos pensadores iluministas, como Descartes, Locke, Voltaire, Diderot, D'Alembert, Montesquieu e Rousseau, eram amplamente estudadas e debatidas pelos futuros líderes da Revolução Francesa. Esses debates ocorriam frequentemente em clubes e sociedades voltados para discussões políticas e filosóficas, entre os quais se destaca a importância da Maçonaria.

Dentro da historiografia marxista, estudiosos como Albert Mathiez, Albert Soboul, A. Z. Manfred, George Rudé e Georges Lefebvre apontam que o Iluminismo foi uma das principais fontes de inspiração dos revolucionários, ao defender valores como justiça, igualdade social e cidadania, em oposição aos princípios do Antigo Regime.

As ideias iluministas influenciaram diversas lutas contra o absolutismo, como a Revolução Gloriosa na Inglaterra, a independência dos Estados Unidos, a Revolução Francesa e movimentos no Brasil, como a Inconfidência Mineira e a Revolta dos Alfaiates (Baiana), funcionando como base teórica para a ação revolucionária.

Por outro lado, historiadores ligados à chamada "história cultural", como Roger Chartier e Joëlle Chevé, oferecem uma perspectiva diferente. Para eles, não foi o Iluminismo que originou diretamente a Revolução Francesa, mas sim os próprios revolucionários que, buscando um referencial teórico para justificar e legitimar suas ações, adotaram as ideias iluministas como fundamento intelectual. Assim, o Iluminismo foi utilizado pelos revolucionários como uma estrutura ideológica para apoiar suas reivindicações contra o sistema feudal.

Para o historiador William Doyle (1990), a expressão "Antigo Regime" foi uma criação dos próprios revolucionários franceses de 1789, que acreditavam estar destruindo uma ordem antiga e substituindo-a por um novo sistema baseado em princípios iluministas, como a igualdade jurídica, a liberdade econômica e a criação de uma constituição.

Doyle destaca que, antes disso, as pessoas não se viam como vivendo em um "Antigo Regime", e é provável que o termo tenha sido usado pela primeira vez apenas em 1788, sem uma base histórica objetiva.

A definição do Antigo Regime no período de Luís XVI, portanto, não é consensual. O historiador cultural Simon Schama e os revisio-

nistas François Furet e Mona Ozouf discordam da ideia de que a França dessa época possa ser considerada plenamente absolutista, uma vez que existiam diversas instituições que limitavam o poder do rei.
Pierre Gaxotte também compartilha dessa visão, argumentando que, desde o reinado de Luís XIV, a monarquia francesa mantinha relações próximas com a média e alta burguesia. Gaxotte ainda relativiza o uso das "lettres de cachet" (ordens reais de prisão sem julgamento), muitas vezes citadas como símbolo da arbitrariedade real, explicando que essas ordens, em várias ocasiões, eram solicitadas pelas próprias famílias para punir membros considerados problemáticos.

Essa perspectiva contrasta com a visão tradicional da historiografia de esquerda, que enxerga a sociedade europeia do século XIX como um produto direto do Iluminismo. Para essa corrente, o período anterior era marcado por um regime arcaico, fundamentado na desigualdade política justificada pela vontade divina. Nessa concepção, o Antigo Regime era politicamente caracterizado pela centralização do poder nas mãos do rei, que não prestava contas a ninguém além de Deus, exercendo sua autoridade de forma arbitrária.
Tal situação colocava indivíduos e seus bens à mercê da vontade do monarca, gerando um conflito com os interesses econômicos da burguesia emergente. Essa classe, ao buscar o poder político, entrou em choque com a aristocracia e a monarquia, mobilizando as camadas populares, explorando sua insatisfação e miséria para lutar contra o absolutismo. No entanto, após alcançar seus objetivos, a burguesia afastou essas classes populares do processo de decisão política.
Em relação ao Antigo Regime e o absolutismo monárquico que teria atingido seu apogeu na época de Luis XIV, dentre as produções mais recentes, temos o filme “O homem da mascara de ferro” de Randall Wallace (Reino Unido, 1998), baseado nas obras “Os três mosqueteiros” e o “O homem da mascara de ferro” ambas do escritor Alexandre Dumas, os dois romances se misturam em uma trama sobre “um irmão gêmeo do rei”, que é mantido prisioneiro, com uma mascara para ninguém saber sua verdadeira identidade. Ele é libertado pela ação dos três mosqueteiros que se colocam contra a tirania do monarca, defendido pelo mosqueteiro D´Artgan. O filme possui várias cenas em que o rei se aproveita do seu enorme poder para perseguir os súditos e satisfazer seus caprichos. Existe uma versão anterior, dirigida por Michael Newell (EUA, 1977).
No período do Antigo Regime, a sociedade francesa era estruturada em Estados, também chamados de Estamentos ou Ordens, com uma mobilidade social extremamente limitada. Essa divisão era refletida na representação das três ordens nas assembleias provinciais e nacionais, conhecidas como Estados Gerais.
O Primeiro Estado era composto pelo clero. Dentro dele, o alto clero incluía membros das famílias mais ricas e influentes, que ocupavam os cargos mais importantes. Já o baixo clero era formado por religiosos de origem humilde, cujo padrão de vida pouco se diferenciava do dos camponeses.
O Segundo Estado correspondia à nobreza, um grupo social diverso, com interesses e níveis de riqueza bastante variados. Em Versalhes, a nobreza

palaciana desfrutava de privilégios, recebendo pensões do governo, cargos administrativos e postos militares graças a laços familiares e políticos.
Nos campos, viviam os nobres provinciais, sustentados pelas rendas de suas terras e por privilégios feudais. Havia também a chamada nobreza de toga, composta por burgueses que haviam adquirido títulos nobiliárquicos, geralmente não hereditários, o que os afastava da nobreza de sangue. Devido à transmissão dos títulos e terras apenas aos primogênitos, muitos nobres mantinham apenas o prestígio do nome, sem condições econômicas correspondentes. Muitos membros da pequena nobreza buscavam ascensão social por meio da carreira militar, como foi o caso do escritor Choderlos de Laclos e de Napoleão Bonaparte.
O livro Ligações Perigosas, de Choderlos de Laclos, inspirou dois filmes que retratam o cotidiano da aristocracia francesa na véspera da Revolução: Valmont – Uma História

de Seduções (Milos Forman, 1989) e Ligações Perigosas (Stephen Frears, 1988). Essas obras exploram temas como desejo, ócio, infidelidade e intrigas, mostrando o contraste entre os aristocratas e seus serviçais, além do embate entre os valores aristocráticos e os valores burgueses, estes últimos voltados à busca incessante por dinheiro.

O Terceiro Estado abrangia o restante da população. No topo estavam os grandes banqueiros, responsáveis pelo financiamento das despesas da Coroa e do exército, usufruindo de vantagens contratuais. Abaixo deles, destacavam-se os grandes comerciantes, com negócios ligados às colônias.

Seguiam-se os proprietários de indústrias artesanais, comerciantes de médio e pequeno porte (boticários, lojistas, mestres artesãos, livreiros, sapateiros, peruqueiros) e profissionais liberais como médicos, advogados, jornalistas, professores e cientistas. Em situação mais precária estavam os artesãos, operários e trabalhadores urbanos, que sobreviviam da venda de sua força de trabalho, recebendo baixos salários e enfrentando altos custos de vida. Ainda havia uma parcela da população urbana vivendo em extrema miséria, dependendo de serviços eventuais para subsistir.

Apesar da presença dessas camadas urbanas, a maioria da população francesa vivia no campo. Os mais abastados eram os arrendatários e lavradores

médios, seguidos pelos parceiros e pequenos proprietários. Na base estavam os camponeses submetidos a obrigações feudais. Os escravizados, principalmente nas colônias, não eram considerados parte dessa estrutura social e permaneciam totalmente excluídos.

A massa urbana de Paris, conhecida como sans-culottes, foi a principal base de apoio dos comitês e exércitos revolucionários durante a Revolução Francesa. Embora não fossem indigentes ou miseráveis, esses trabalhadores urbanos se sensibilizavam com a situação dos mais pobres e depositavam suas esperanças na Revolução como um caminho para estabelecer um regime fundamentado na justiça social e no controle da economia.

A vida cotidiana do povo francês em Paris e seus arredores foi retratada no filme “O Perfume – História de um Assassino”, dirigido por Tom Tykwer (Alemanha, 2006), baseado no romance homônimo de Patrick Süskind. A obra narra a história de Grenouille, um perfumista obcecado em criar a fragrância perfeita, que acaba cometendo uma série de assassinatos em sua busca.

No campo da literatura libertina, destaca-se o filme “Contos Proibidos do Marquês de Sade”, dirigido por Philip Kaufman (EUA, 2000). A produção aborda temas como censura e liberdade de expressão, tendo como foco o polêmico escritor Marquês de Sade, conhecido por seus textos de teor erótico. Suas obras chocaram a sociedade francesa da época e, por isso, ele foi preso várias vezes durante o Antigo Regime, acusado de imoralidade e obscenidade.

3. CONCLUSÃO

A Revolução Francesa, ocorrida entre 1789 e 1799, representa um dos eventos históricos mais complexos e decisivos para a formação do mundo moderno. Conforme apontam Lefebvre (1966) e Soboul (1989), a revolução foi o palco onde os ideais iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade se materializaram em uma luta política e social contra o Antigo Regime, sistema caracterizado pela divisão rígida da sociedade em ordens – clero, nobreza e Terceiro Estado – e pela concentração do poder nas mãos da monarquia absoluta.

A emergência da burguesia como classe dominante econômica e sua busca pelo poder político se entrelaçaram com as profundas transformações econômicas advindas da Revolução Industrial, conforme destacado pelos historiadores marxistas como Manfred (1963) e Lefebvre (1966), configurando a Revolução Francesa como um movimento de ruptura das estruturas feudais para o capitalismo nascente.

Porém, é fundamental reconhecer, como sugerem Chartier (2004) e a escola da história cultural, que o Iluminismo, longe de ser a

causa primordial, foi um arcabouço teórico apropriado pelos revolucionários para legitimar suas ações e consolidar suas demandas políticas. Essa interpretação contribui para um entendimento mais dinâmico do processo, em contraponto à visão marxista tradicional. A discussão se amplia ainda com os revisionistas Furet (1989) e Schama (1990), que questionam a ideia de que o Antigo Regime fosse um regime absolutista monolítico, evidenciando limitações institucionais ao poder do rei e a heterogeneidade social da nobreza e do clero, desafiando narrativas simplificadas sobre a centralização do poder e a arbitrariedade do monarca.

Além dos aspectos políticos e sociais, a Revolução também provocou intensas transformações culturais e teve forte repercussão no imaginário coletivo, como revelado em obras literárias e cinematográficas que retratam as contradições sociais da época – desde a vida decadente da aristocracia nos romances de Chordelos de Laclos, até o cotidiano dos sans-culottes retratado em O Perfume (Tykwer, 2006) e a controvérsia em torno da liberdade de expressão simbolizada por Marques de Sade (Contos Proibidos, Kaufman, 2000).

Entretanto, apesar dos avanços políticos e sociais, a Revolução Francesa revela contradições profundas. A exclusão das camadas populares da consolidação do poder e a violência política do período, especialmente durante o Terror, apontam para limites significativos na busca pela justiça social e na implementação plena dos ideais iluministas. Como destacado por Soboul (1989), a burguesia utilizou a Revolução para ascender politicamente, mas frequentemente relegou os sans-culottes e os setores populares, que permaneceram em situação precária. Essa tensão demonstra que a igualdade formal nem sempre resultou em igualdade material,

mantendo desigualdades estruturais e abrindo espaço para autoritarismos disfarçados de liberdade.

A solução para superar essas limitações históricas reside na construção de sistemas políticos verdadeiramente inclusivos e participativos, que vão além da simples igualdade jurídica para promover a equidade econômica e social. Inspirando-se nas críticas revisionistas e marxistas, é imprescindível fortalecer mecanismos democráticos de controle, ampliar o acesso à educação e políticas públicas efetivas de combate às desigualdades, garantindo que a cidadania seja exercida de forma plena por todos os segmentos sociais. Só assim será possível honrar o legado iluminista e evitar que transformações políticas se convertam em meras trocas de poder entre elites, sem mudanças substantivas para a maioria da população. Assim, a Revolução Francesa permanece como um estudo fundamental não apenas de ruptura histórica, mas também de alerta sobre os desafios persistentes na construção de uma sociedade democrática, justa e verdadeiramente igualitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAVALCANTI, Berenice. Revolução Francesa e modernismo. S.P. Editora Contexto, 1994.
CHARTIER, Roger. As origens culturais da Revolução Francesa. S.P. Unesp, 2004.
DARTON, Robert. O beijo de Laumorette. São Paulo, Cia das Letras, 1990. DOYLE, William. O Antigo Regime. São Paulo. Ática, 1991.
FURET, François e OZOUF, Mona. Dicionário crítico da Revolução Francesa. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1989.
FURET, François. Pensando a Revolução Francesa. R.J. Paz e Terra, 1989. GAXOTTE, Pierre. A Revolução Francesa. Porto. Tavares Martins, 1947.
HOBSBAWN, Eric J. A Era das Revoluções. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. HOBSBAWN, Eric. Nações e Nacionalismo desde 1780. R.J. Paz e Terra, 1990. KRANTZ, Frederick (org). A outra história. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1988.

LEFEBVRE, Georges. A Revolução Francesa. São Paulo. Ibrasa, 1966. MANFRED, A.Z. A Grande Revolução Francesa. R. J.: Editora Vitória, 1963. MAYER, Arno J. A Força da Tradição. São Paulo. Cia das Letras, 1990.
MOTA, Carlo Guilherme. A Revolução Francesa. São Paulo: Ática, 2005. SCHAMA, Simon. Cidadãos. São Paulo. Cia das Letras, 1990.
SOBOUL, Albert. A Revolução Francesa. Rio

de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
VOVELLE, Michel. França Revolucionária: 1789/1799. São Paulo: Brasiliense/ Secretaria de Estado da Cultura, 1989.